

Governo assina “Pacote da autonomia” e reforça mercantilização do ensino

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, no dia 19/07, um conjunto de medidas que, segundo o governo, visam conferir às universidades federais mais autonomia, eliminando alguns processos considerados antigos entraves burocráticos. A Medida Provisória 495/2010 e os decretos 7232, 7233 e 7234 foram assinados pelo presidente durante reunião com 58 reitores articulados na Associação Nacional dos Dirigentes das Ifes (Andifes).

Na visão do Grupo de Trabalho de Políticas Educacionais (GTPE) do Andes-SN, o chamado “pacote da autonomia”, que entrou em vigor sem discussões prévias com a comunidade acadêmica, afastou ainda mais as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) da verdadeira autonomia universitária, estabelecida no artigo 207 da Constituição Federal, e alavancou o processo de mercantilização da educação. “A regulação é externa, ou seja, não é feita no âmbito da própria universidade, e impõe uma série de condições”, explicou a integrante da coordenação do GTPE, Laura Souza Fonseca.

Relações entre fundações privadas e universidades públicas são legalizadas

A MP 495/2010 torna legal a relação entre as universidades federais e as fundações “ditas de apoio”, fazendo com que ações que deveriam ser efetivadas no campo público sejam assumidas pela iniciativa privada legalmente. Essa medida representou uma reação do governo ao Acórdão nº 2731/2008 do Tribunal de Contas da União (TCU), que determinou que fossem tomadas providências para reduzir as irregularidades e ilegalidades existentes entre as Ifes e as fundações “ditas de apoio”, conforme foi evidenciado, em 2009, pelos casos de descontrole de gestão financeira em algumas fundações.

A diretoria do Andes-SN destaca dois pontos polêmicos da MP 495/2010, sendo um deles a permissão para que

servidores das Ifes atuem em atividades realizadas pelas fundações, o que descaracterizaria o Regime de Dedicção Exclusiva dos docentes; e o outro, a concessão de bolsas de ensino, pesquisa e extensão e de estímulo à inovação aos alunos de graduação e pós-graduação vinculadas a projetos institucionais das Ifes pelas fundações de apoio, o que retira a autonomia financeira e política das universidades.

Novo modelo de gerenciamento de pessoal não repõe déficit histórico das universidades

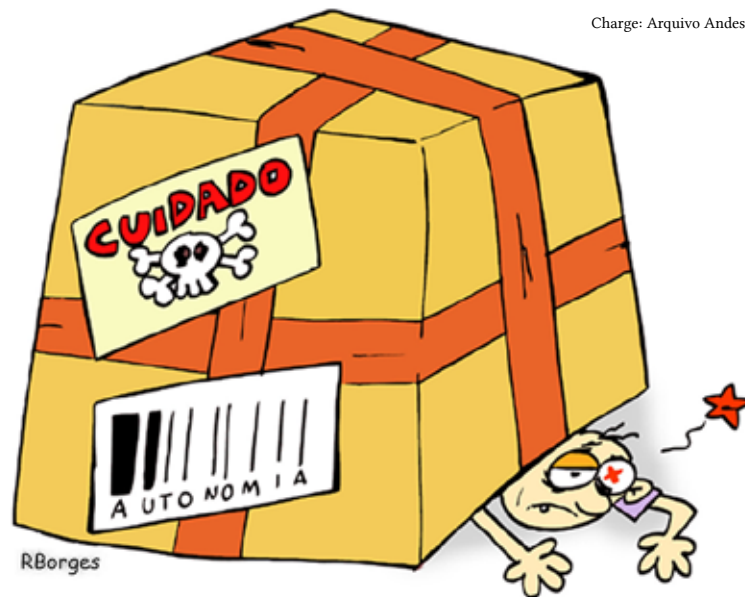
O Decreto nº 7232/2010 cria um dispositivo para o gerenciamento do pessoal técnico-administrativo semelhante ao chamado “banco de professores equivalentes”, o que significa que, ao invés de ampliar o quadro de cargos para atender a expansão da educação superior, ocorre a reposição de vagas no caso de vacância de cargos por aposentadorias, falecimentos ou exonerações e, eventualmente, de realocação de vagas entre as Ifes.

Esse novo modelo de gerenciamento de pessoal mantém a insuficiência de funcionários nas universidades, pois parte do quadro atual, que é deficitário e não acompanhou o crescimento do número de estudantes nas universidades. De acordo com dados do MEC/Inep, entre 1998 e 2008, o número de estudantes de graduação e pós-graduação foi ampliado em 74,2%, enquanto o número de técnico-administrativos foi reduzido em 9,5%.

Na visão da diretoria do Andes-SN, ao não permitir a reposição total do quadro funcional das universidades, o governo busca extinguir, via Decreto, cargos que não estão extintos, ampliando a terceirização de serviços dentro das Ifes.

Recursos financeiros das Ifes são preservados, mas ficam atrelados à produtividade

A elaboração e a execução de medidas orçamentárias das Ifes estão pontuadas no Decreto nº 7233/2010, que reintroduz um importante mecanismo



Charge: Arquivo Andes

de preservação dos recursos financeiros das Ifes retirado na década de 1990. Os recursos orçamentários não utilizados no exercício corrente passam a ser mantidos na própria instituição ao invés de serem devolvidos ao governo federal.

O problema é que os critérios para elaboração e análise das propostas orçamentárias são definidos pelos índices de produtividade de cada Ifes, o que aprofunda a desigualdade entre elas. Alguns desses critérios são: a quantificação da produção institucionalizada de conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico, reconhecida nacional ou internacionalmente; o número de registro e comercialização de patentes; a existência de programas de mestrado e doutorado, bem como seus respectivos resultados de acordo com a avaliação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e a existência de programas institucionalizados de extensão, como indicadores de monitoramento.

Além disso, critérios já criticados pelo Andes-SN em relação aos planos de metas do Reuni são retomados, como número de matrículas e a quantidade de estudantes ingressantes e concluintes na graduação e na pós-graduação em cada período; oferta de

cursos de graduação e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento; e razão entre o número de estudantes por docentes na graduação e na pós-graduação, todos como condicionantes para o financiamento das Ifes.

Na visão da diretoria do Andes-SN, esse modo de definição da matriz orçamentária tende a materializar o aprofundamento do desequilíbrio das atividades essenciais de ensino, pesquisa e extensão entre as Ifes, além de implicar na intensificação e precarização do trabalho docente.

Programa Nacional de Assistência Estudantil é criado, mas sem previsão de recursos orçamentários

Pelo decreto 7234/2010, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), que tem o objetivo de articular as ações de assistência estudantil em âmbito nacional, considerando que as universidades federais já possuem programas de assistência aos estudantes de acordo com as condições e os recursos alocados em cada instituição federal.

Essas ações, entretanto, podem ser inviabilizadas devido à falta de recursos e de infra-estrutura, tanto física quanto de pessoal, pois o Pnaes não apresenta previsão orçamentária para sua execução.

Cobrança por produtividade gera transtornos psíquicos

Licenciaturas de São Mateus estão no Observatório do Reuni

Ressarcimento do Plano de Saúde da Unimed

Produtivismo e assédio moral estão entre as principais fontes de adoecimento de docentes

Doenças como depressão e estresse são cada vez mais comuns entre docentes. O convívio em ambientes de tensão, a sobrecarga laboral e obrigações burocráticas têm gerado um impacto na saúde mental e física dos professores, que também fazem parte de um grupo de risco em que problemas psicológicos podem levar até mesmo ao suicídio.

Para o professor do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento da Ufes, Thiago Drumond, a falta de interesse no trabalho, o esgotamento emocional, o sentimento de solidão e de incapacidade podem ser sintomas de problemas de saúde mental. “Os professores, em geral, ocultam o problema e o tratam de forma individualizada, pois têm medo de serem vistos como fracos e incapazes”, explicou Thiago.

Fatores de adoecimento. Um dos fatores que desencadeiam transtornos mentais e comportamentais são as metas de produtividade impostas por instituições como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES). “O trabalhador é responsabilizado pelo sucesso ou pelo fracasso do seu trabalho, o que leva ao esgotamento e ao desenvolvimento de transtornos psíquicos” disse Thiago.

Em depoimento concedido por um docente da Ufes que passou por depressão, foi destacado que, a partir do momento em que deixou de produzir no ritmo frenético, passou a ser ignorado, deixando inclusive de ser chamado para seminários e congressos. “Me senti alguém sem valor, sem chances de sobreviver em um ambiente tão hostil”, destacou. Ele explicou, entretanto, que o fato de não publicar não significa que ele não produza conhecimento. “Não registro mais meus trabalhos, embora produza muito, compartilho meu conhecimento com os alunos, que são fonte de inspiração e não exigem uma produção que

me cause exaustão”, relatou.

Além do produtivismo acadêmico intensificar o trabalho docente pela exigência cada vez maior de publicações, também provoca um acirramento da competição entre colegas, grupos e instituições. “Temos que produzir e publicar mais, o que garante poder acadêmico e gera atrito nas relações interpessoais”, explicou a professora do departamento de Enfermagem da Ufes, Denise Silveira de Castro.

A má relação entre colegas de trabalho é outro fator que gera desgaste emocional. “Não posso contar com a solidariedade e companheirismo de nenhum dos meus colegas, pois todos estão muito ocupados com suas atividades”, relatou uma professora da Ufes que passou recentemente por uma crise de depressão e optou por não se identificar. Ela também disse que os colegas tendem a afastar do convívio social e acadêmico aqueles que não estão nas condições cognitivas e emocionais consideradas normais.

Transtornos mentais e comportamentais levam professores a afastamento de sala de aula

Os transtornos mentais e comportamentais têm sido a principal causa de licença médica de professores e técnico-administrativos na Ufes. Entre os anos de 2007 e 2009, foram registrados 9.538 pedidos de licença pela referida causa, segundo pesquisa do Dr. Oswaldo Cruz Sobrinho, chefe de perícia médica da Ufes.

Uma vez diagnosticado o problema, não há outra solução a não ser o afastamento do professor para tratamento, seja por meio de terapia ou, até mesmo, por medicação em casos mais graves. “Depende de cada caso, mas o tratamento é sempre necessário, sob o risco de agravamento caso não haja intervenção”, explicou a psicóloga da Secretaria de Assuntos Comunitários (SAC), Solange Vianna Marques.



Foto: DeviantArt

Cultura produtivista intensifica o trabalho e gera adoecimento.

Uma maneira de prevenir esse tipo de doença são os exames periódicos prestados pelo SAC. “Esses exames são uma possibilidade de anteceder a doença, embora no caso de transtornos mentais isso seja mais difícil”, afirmou a Secretária de Assuntos Comunitários, Maria Lúcia Casate. Ela também informou que está sendo realizada uma pesquisa para saber a melhor forma de intervenção nesses casos.

Para o Secretário Geral da Adufes, Ricardo Behr, a universidade deve tratar dos casos de adoecimento psíquico com mais clareza. “Esse é um problema real, que muitas vezes nos parece invisível, mas vem afastando vários companheiros de sala de aula”, afirmou. Ele reiterou que os fatores de adoecimento são oriundos da intensificação do trabalho e que a universidade deve emergencialmente se debruçar para enfrentar essa questão.

Aluna com depressão pode ser jubilada pela Ufes

Recentemente, uma estudante da Ufes foi jubilada, uma vez que não conseguia concluir o curso de graduação por problemas de depressão. No entanto, ela solicitou à universidade que essa decisão fosse anulada, tendo em vista a falta de condições

psicológicas para dar prosseguimento ao curso. Esse caso foi analisado no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), que solicitou o parecer da junta médica e do Procurador da Ufes. Na visão de ambos, o pedido da estudante não deveria ser aceito.

Para o representante dos estudantes no CEPE, José Anésio Fernandes, a Procuradoria da universidade apenas acatou o parecer da junta médica, não avaliando as condições subjetivas do pedido da discente. “Foi alegado que a lei federal só permite a anulação do jubramento por motivos de doença física que puder ser comprovada”, afirmou.

Na opinião do representante estudantil, a universidade passou a ser um ambiente excludente e individualista, o que propicia o afastamento por motivos de saúde mental e o uso excessivo de drogas.

A decisão a respeito do pedido da estudante ainda não havia sido tomada na data de fechamento do jornal. Porém, José Anésio Fernandes informou que estão estudando uma possibilidade legal para que a aluna tenha mais uma oportunidade de dar prosseguimento ao curso. “Por que penalizá-la por estar passando por uma doença de ordem psíquica?”, questionou o estudante.

Negociação com Unimed é finalizada

Em reunião realizada entre a diretoria da Adufes e a Unimed no dia 07/10, foram definidos os percentuais de reajuste do plano, bem como a transposição para faixas etárias. O Uniplan teve reajuste de 0% e o Vitóriamed, de 18% no total da fatura. Dessa forma, as negociações com a Unimed foram finalizadas e os associados irão receber a fatura do mês de novembro com essas alterações.

A decisão pela transposição

para faixas etárias foi definida na Assembleia Geral da Adufes realizada no dia 06/10. Cerca de 180 docentes estiveram presentes e a proposta de transposição foi aprovada por ampla maioria.

Os professores que completaram 60 anos a partir de 2004 e que já foram contemplados com a redução da mensalidade continuarão com esse direito, mas estarão sujeitos aos reajustes anuais.



Foto: Comunicação Adufes

Docentes aprovam transposição para faixas etárias no plano Unimed



Licenciaturas do Reuni em São Mateus têm dificuldade para preenchimento de vagas

Os cursos de licenciatura em Física, Química, Ciências Biológicas e Matemática, implantados pelo Reuni no campus de São Mateus, enfrentam dificuldades para o preenchimento de vagas. Em funcionamento há um ano, os quatro cursos estão com 36,75% de vagas ociosas, conforme dados da Pró-reitoria de Graduação (Prograd) (*ver tabela*).

Um dos motivos apresentados pelos coordenadores dos cursos para esse número foi a realização do Processo Seletivo Estendido para as primeiras turmas. Por esse tipo de seleção, os estudantes ingressam na graduação após serem aprovados nas disciplinas básicas que cursam durante um período, mas nem sempre o número de aprovações coincide com o total de vagas disponibilizadas. Para contornar esse problema, o segundo processo seletivo já ocorreu pelo vestibular de inverno, que utilizou a nota do Enem.

Na visão do coordenador do curso de Ciências Biológicas, Luiz Fernando Duboc, a qualidade do ensino básico na região norte do ES é muito baixa, o que contribui para que os alunos não consigam a aprovação no processo seletivo. “Um dos compromissos dos cursos de licenciatura em São Mateus, inclusive, é dar um retorno para a região no que se refere à qualidade da formação de profissionais”, defendeu.

Existem, entretanto, outros pontos que contribuem para a desistência dos estudantes em relação aos cursos de licenciatura. “Muitos alunos vêm de fora e não conseguem manter-se na cidade”, afirmou a coordenadora da licenciatura de Química, Gilmele Bianco. Além disso, a falta de estímulo para o ingresso no ensino superior ainda é muito grande no interior do estado. “Não se tem uma cultura universitária no interior e por isso os cursos precisam ser implementados conforme a demanda

local”, explicou o diretor de articulação do Diretório Central dos Estudantes da Ufes, Raphael Sodré.

De acordo com o coordenador da licenciatura em Matemática, Aldo Vignatti, outro fator que contribui para o pouco interesse dos estudantes pelos cursos de licenciatura são as condições de trabalho após a conclusão da graduação. “Os baixos salários dos professores do ensino básico influenciam bastante na desistência dos alunos”, afirmou. Essa avaliação também é compartilhada pela estudante de Química do Ceunes, Thyara Dantas. “Muitos estudantes entram nas licenciaturas porque não passaram em outros cursos e só permanecem se não houver outra opção”, relatou.

A falta de discussão com a comunidade universitária do projeto do Reuni também é responsável pela questão da sobra de vagas nas licenciaturas. “Esse problema é uma prova concreta da falta de planejamento dos cursos, pois mesmo com a alteração na forma de ingresso, as vagas continuam não sendo preenchidas”, afirmou o presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto.

Estrutura física ainda é um grande problema no Ceunes. De acordo com o relato de professores e estudantes, a contratação do corpo docente tem se dado conforme o previsto pelo Reuni, mas a estrutura física do campus ainda é bastante problemática, o que gera uma série de dificuldades para o bom desenvolvimento do ensino. “O restaurante universitário não está concluído e a cantina ficou pronta recentemente”, afirmou Naiara Bassetti, integrante do Centro Acadêmico de Física. Ela ainda disse que há poucos espaços para a realização de atividades de vivência universitária e opina que a melhoria do

Foto: Comunicação Adufes



Biblioteca inacabada prejudica qualidade do ensino em São Mateus.

curso de licenciatura está diretamente ligada à melhoria da estrutura do campus como um todo.

Outro problema que dificulta a vida acadêmica é a não conclusão da biblioteca do Ceunes. “Não temos espaço para estudar, pois ficamos na dependência de encontrar uma sala vazia, o que nem sempre acontece. Resta a alternativa de estudar na biblioteca do Pólo, que é muito pequena e não tem como atender a todos”, relatou o estudante de Física, Mariniel Souza Galvão Júnior.

A situação dos laboratórios no Ceunes também é preocupante. Para o professor de Física, Raphael Goés Furtado, os problemas estruturais ainda não se colocaram de maneira efetiva porque não há tanta demanda hoje. Porém, à medida que novas disciplinas de uso laboratorial forem sendo ministradas, não haverá laboratórios suficientes. “Temos um laboratório de física experimental que está sendo dividido com as engenharias. Com o decorrer do curso, outras disciplinas práticas serão ofertadas e não haverá espaço. O máximo que podemos esperar com a atual estrutura é mais um

período”, explicou Raphael.

Contradições do Reuni. De acordo com informações do presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto, o departamento criado para dar apoio às licenciaturas do Reuni em São Mateus não seguiu a resolução vigente que estabelece o número mínimo de 12 professores para iniciar seu funcionamento. “A falta de alunos e de planejamento do centro fizeram com que professores ficassem com a carga horária didática abaixo do permitido e alguns até ociosos, o que é uma enorme contradição, pois alguns departamentos da Ufes têm professores com excesso de carga horária”, afirmou Rocha. Ele ainda disse que a universidade precisa apurar e corrigir essa contradição, pois a culpa não pode recair sobre os professores recém-contratados.

Total de alunos matriculados por curso

Curso	Vagas	Matriculados
Biologia	100	55
Física	100	72
Matemática	100	59
Química	100	67
Total geral	400	253 (63,25%)

Manifestação do Andes-SN em Brasília reúne duas mil pessoas em defesa da autonomia sindical

No dia 21/10, em Brasília, cerca de 2 mil pessoas participaram do ato público em defesa da autonomia sindical do Andes-SN. Na ocasião, o ministro do Trabalho e Emprego (MTE), Carlos Lupi, se comprometeu publicamente a reverter o ato administrativo que dificulta a atuação do Sindicato Nacional em Santa Catarina.

O impasse foi criado em maio deste ano quando o MTE publicou uma nota técnica que atribuía a responsabilidade pela represen-

tação dos docentes das instituições públicas de ensino superior daquele estado a uma entidade recém-fundada. De acordo com o presidente do Andes-SN, Marina Barbosa Pinto, o Sindicato Nacional tentou se reunir com o ministro para resolver o problema, mas não havia conseguido ainda. Por isso, decidiu promover o ato que, além de denunciar a interferência estatal na organização dos sindicatos, também protestou contra a criminalização dos movimentos sociais.

“O Andes-SN defende a autonomia dos trabalhadores para se organizarem como preferirem. Portanto, o que contestamos é o fato de a nota técnica do MTE impedir a atuação do Andes-SN em determinada região”, explicou.

Na opinião do professor Francisco Mauri de Carvalho, 2º tesoureiro da Regional Leste e integrante do Conselho de Representantes da Adufes, o ato superou as expectativas do Andes-SN devido à forte adesão de movimen-

tos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), estudantes de várias universidades e membros da Central Sindical e Popular – Conlutas. Ele também avaliou que o ato atingiu seu objetivo. “O fato de o ministro ter se pronunciado no palanque do ato revelou que apenas por meio da pressão dos movimentos é que iremos garantir a defesa de nossos direitos. Até aquele momento, o ministro não havia nos recebido”, acrescentou Mauri.

Dia do Professor é comemorado em Vitória e nos campi do interior

O Dia do Professor foi comemorado pelos associados da Adufes nos vários campi da Ufes. Cerca de 400 pessoas estiveram presentes na última sexta-feira (15/10), na sede da entidade em Vitória, e divertiram-se ao som de Marcelo Ribeiro e Banda B.

Em Alegre, cerca de 70 pessoas participaram da comemoração no dia 14/10, que foi realizada na sede da AABB. Na ocasião, o DJ Rogério da Big Bel animou a noite. Já em São Mateus, o Dia do Professor foi

comemorado na última segunda-feira (18/10), com um jantar realizado no Restaurante Rancho Gaúcho, onde estiveram presentes 60 pessoas. É importante destacar que, nos campi do interior, foi realizado o Plantão Jurídico no mesmo dia da festa.

O tema em destaque no Dia do Professor deste ano foi a Carreira Docente, que têm sido uma das principais pautas de debate do Andes-SN e das seções sindicais.



Festa do Professor é marcada por confraternização e animação em Alegre, São Mateus e Vitória

Ponto de Encontro foi animado por Ângela de Assis e Ralph



MPB e Pop foram os estilos musicais do Ponto de Encontro

No dia 1º de outubro, a Adufes foi palco de mais uma edição do ponto de encontro. Dessa vez, quem animou a noite foi a cantora Ângela de Assis e Ralph, que agitaram a associação ao som de músicas da MPB e Pop.

“O Ponto de Encontro é uma oportunidade de reencontrar docentes, alunos e técnicos da universidade para uma conversa mais descontraída”, destacou a professora Odiléia Dessaune, que participa da atividade com frequência.

A próxima edição do Ponto de Encontro será no dia 05/10, a partir das 18 horas, na sede da Adufes.

Docentes usuários do UNIPLAN também terão direito ao ressarcimento do Plano de Saúde

O Departamento de Recursos Humanos da Ufes também passará a reconhecer o benefício do ressarcimento do Plano de Saúde aos usuários do UNIPLAN, a partir do mês de outubro de 2010. Os docentes usuários dessa modalidade de plano deverão procurar a sede da Adufes e abrir um processo para dar entrada ao pedido de ressarcimento.

Para os usuários do Vitória-med que ficaram sem receber o ressarcimento porque entregaram o boleto fora do prazo, o

DRH informou que irá efetuar o pagamento desses valores no ano corrente. A partir de agora, os associados que entregarem os boletos após o 5º dia útil serão ressarcidos, mas não terão a prioridade na ordem de pagamento.

Recadastramento. Com o objetivo de garantir a realização do ressarcimento do Plano de Saúde, o DRH informou que os associados devem fazer o recadastramento junto ao órgão. Os formulários já foram enviados para os departamentos.

NOTÍCIAS DO JURÍDICO

Justiça Federal profere sentença favorável a docente da Adufes.

A Assessoria Jurídica da Adufes conseguiu obter decisão definitiva favorável a quatro docentes filiados à Seção Sindical em ação movida contra a Ufes. Os servidores foram representados no processo judicial de nº 2008.50.01.002510-3, que tramita no 2º Juizado Especial Federal Cível de Vitória. A universidade havia suspenso o pagamento das férias dos autores, que estão afastados para curso de aperfeiçoamento, o que os

levou a reivindicar seus benefícios judicialmente. O Juiz Pablo Coelho Charles Gomes decidiu pela condenação da universidade, que terá de pagar aos autores os adicionais de 1/3 (um terço) de férias nos períodos em que eles estiverem fruindo licença para capacitação. A legislação considera como tempo de efetivo exercício o período em que o servidor público está licenciado para capacitação (Art. 102, VIII, da Lei n.º 8.112/90), portanto, o adicional de férias deve ser pago igualmente também durante o período em que o docente se encontra afastado. A Ufes ainda poderá apresentar recursos no prazo legal.

Justiça Federal determina isenção de imposto de renda para servidor aposentado portador de cardiopatia grave

Nos autos da Ação Judicial, processo nº 2006.50.01.011511-9, o Juiz da 1ª Vara Federal reconheceu por sentença o direito de um docente aposentado de não incidir sobre seus proventos alíquota correspondente ao imposto de renda. A Ação interposta pela Assessoria Jurídica da Adufes foi em razão do indeferimento da Ufes de isenção

de imposto de renda do professor, pois entendeu que a cardiopatia de que é ele portador não era grave para fim de caracterizar a concessão do benefício. O Juiz entendeu diferente, acatando os argumentos da Assessoria Jurídica. Espera-se que esse entendimento seja mantido no Tribunal Regional Federal, já que a Ufes recorrerá da sentença.

EXPEDIENTE

Publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo.

ADUFES - Seção Sindical do Andes - SN
Av. Fernando Ferrari, s/n, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória.ES
CEP 29075-910

Fone: 27. 3335.2717 Fax:27. 3227.3908
www.adufes.org.br
comunicacao@adufes.org.br

José Antônio da Rocha Pinto
presidente

vice-presidente

Geraldo Rossoni Sisquini
tesoureiro geral

Temístocles de Souza Luz
1º tesoureiro

Ricardo Roberto Behr
secretário geral

Mariane Lima de Souza
1ª secretária

Valter Pires Siqueira
1ª suplente

Edinete Maria Rosa
2ª suplente

3ª suplente

Bernardete Gomes Mian
4ª suplente

Jornalistas Responsáveis:

Giselle Pereira (Mtb 2644)
Luciana Silvestre (Mtb 2210)

Estagiário de Design Gráfico

Gustavo Binda

Tiragem: 2.000 exemplares